

MUDANÇA DE HÁBITO: CATEQUESE E EDUCAÇÃO PARA ÍNDIOS NOS ALDEAMENTOS CAPUCHINHOS (SÉCULO XIX)

AMOROSO, MARTA ROSA

97ST0621

Todos os dias da semana, acabada a oração, se dirá logo uma missa que a possam ouvir os índios antes de irem às suas lavouras (...) a qual acabada se ensinarão aos índios em voz alta as orações ordinárias: a saber Padre Nosso, Ave-Maria, Credo, Mandamentos da Lei de Deus, e da Santa Madre Igreja; e os Sacramentos, acto de contrição, e confissão, geralmente os diálogos do catecismo breve, em que se contém os mistérios da fé. Acabada esta doutrina irão todos os nossos para a Escola (...) aonde os mais hábeis, se ensinarão a ler e escrever, e havendo muitos se ensinarão também a cantar, e tanger instrumentos para beneficiar os ofícios divinos; e quando menos se ensinará a todos a doutrina cristã ... P. Antonio Vieira, Regulamento de Aldeias e de Missões, séc. XVII(1)IntroduçãoO texto de Vieira em epígrafe tem a função de nos colocar no campo de pensamento que articula escola à catequese. Serve, por outro lado, para sinalizar que se houve uma adoção do paradigma jesuíta pelos missionários do século XIX, esta foi mais mítica que real. Entre uma promessa de céu eterno pregada aos índios pelo catecismo e o inferno cotidiano das epidemias e frentes de trabalho, a idéia da conversão para os índios no século passado moldou situações complexas que trataremos de examinar. Busca-se aqui compreender o sentido particular da escola no contexto dos aldeamentos indígenas do século XIX.

Entre 1845 e o início do século XX o indigenismo brasileiro viveu uma fase de total identificação com a missão católica. Amparado por uma legislação que assim determinava, o Estado passava mais uma vez a administração da questão indígena para as ordens religiosas católicas. Dentre elas, a Ordem Menor dos frades capuchinhos italianos, única citada no Regulamento da Catequese e Civilização, texto de lei que inaugura esta fase(2).

Subvencionada pelo governo, a Ordem Menor manterá missionários na maioria dos aldeamentos indígenas criados no II Reinado(3). A direção militar de aldeamentos manteve-se em áreas de fronteira e onde o número de missionários não foi suficiente para suprir a demanda.

Ao Estado cumpria dar apoio estratégico (incluindo a manutenção do aparato militar - os empreendimentos via de regra eram precedidos pela montagem de Colônias Militares ou presídios) e financeiro para os aldeamentos indígenas, a maioria deles administrada pelo missionário religioso. Cabia ao governo central regular seu funcionamento, tarefa que cumpria de longe, de diferentes maneiras, sendo uma delas pela leitura de relatórios periódicos dos missionários, hoje fonte privilegiada para o conhecimento desse período(4).

Este trabalho destaca para análise uma instituição: a escola para índios e os institutos de educação que mantinham cotas para crianças indígenas. Baseia-se na documentação histórica relativa aos aldeamentos católicos do século XIX. Não deve, no entanto, ser confundido com a história da catequese católica no século XIX, tarefa que demandaria um maior controle das fontes históricas relativas ao período. Interessa-nos no momento compreender a situação local de um desses aldeamentos católicos, tomando as instituições de caráter educacional enquanto forma de acesso as relações sociais que se estabeleceram entre os diversos agentes.

A escola neste contexto tem comprovado ser um local privilegiado para se observar o embate do projeto civilizatório idealizado pelos colonizadores (plano do discurso edificante dos frades e dos projetos indigenistas do governo) e a realidade conflituosa das relações sociais produzidas na situação de aldeamento. Analiso inicialmente os dispositivos institucionais (plano da legislação indigenista do II Reinado) que justificavam a manutenção das escolas nos aldeamentos, a sua finalidade. Um texto de lei invariavelmente nos coloca dúvidas quanto a forma em que se deu sua aplicação. Em contrapartida, apresenta o corpus conceitual no qual certas instituições sociais foram concebidas. Chamo a atenção para o sentido muito particular da educação formal para índios no contexto da missão católica do século XIX. Escola para índios, ensino na língua indígena (como sinônimo para bilinguismo), professores indígenas são conceitos amplamente manipulados pelo indigenismo do Brasil monárquico. Guardam, no entanto, uma enorme distância da forma como hoje compreendemos tal instituição e seu programa de ação junto aos povos indígenas.

Para observar o plano local, destaco a situação dos aldeamentos do Paraná, e a narrativa dos missionários capuchinhos sobre a catequese dos Guarani e Kaingang. Uma recomendação: em alguns momentos estaremos nos reportando à situações locais diferenciadas, que mereceriam estudos aprofundados. Nesse sentido o relatório é também uma pauta para investigações futuras.

Braços Aclimatados

A escola indígena, assim como a vacinação e o socorro nas epidemias, aparecem na legislação indigenista do II Reinado. No entanto, vacinações não se deram, muito menos o controle das epidemias que grassavam nos aldeamentos, fazendo este um dos períodos de maior descenso da população indígena em contato com a sociedade nacional.

Quanto à escola, ela buscava atender demandas muito claras. Sua existência é emblemática da intensão de mudança da política indigenista da época, que erguia-se sobre os pilares da catequese e da civilização, pautando-se por um conjunto de princípios que giravam em torno da conversão, educação e assimilação branda da população indígena ao conjunto da sociedade nacional(5). A ideologia da brandura (6) no trato com a população indígena buscava orientar as políticas públicas em direção oposta à violência militar das bandeiras coloniais e outras violências sempre presentes no cotidiano das frentes de colonização.

A lei introduzia dispositivos que teoricamente deveriam controlar a violência contra os índios aldeados também os do sertão. Proibia a conversão forçada ao catolicismo e a reclusão contra a vontade dos pais das crianças indígenas na escola do aldeamento. Tais dispositivos, no entanto, foram sistematicamente negligenciados na linha de frente dos aldeamentos e as arbitrariedades constituíram-se práticas absolutamente difundidas, a ponto de constarem nos relatórios oficiais dos missionários citadas como normas cotidianas decorrentes do exercício da catequese. Nenhuma recriminação do poder central se seguia à estes relatos plenos de violência contra os índios, o que nos leva a crer que governo e religiosos eram solidários na interpretação da lei.

A escola é rapidamente citada no Decreto n. 426, o Regulamento da Catequese e Civilização dos Índios, de 1845: irá aparecer no parágrafo 18 do artigo 1, que propõe às Assembléias das Províncias sua criação nos aldeamentos. A demanda pela manutenção das escolas para índios era assim jogada para a esfera provincial. A lei estabelecia a criação de cursos de primeiras letras onde não baste o missionário para este ensino, deixando claro que esta seria uma das atribuições do missionário. A necessidade da contratação de um professor ficaria por conta do governo da província.

Quanto ao conteúdo didático da escola indígena, este aparece no artigo 6, referente às atribuições do missionário: deveria ensinar a ler, escrever, e contar aos meninos, e ainda aos adultos, que sem violência se dispuserem a adquirir essa instrução (Carneiro da Cunha 1992a:198).

Tratava-se, antes de mais nada, de um projeto de conversão dos índios à religião católica, como vemos no parágrafo 20 do artigo 1: o Diretor dos Índios deveria esmerar-se em que lhes sejam explicadas as máximas da Religião Católica, e ensinada a Doutrina Cristã, sem que se empregue nunca a força, e violência; e que não sejam os pais violentados a fazer batizar seus filhos, convindo atraí-los à Religião por meios brandos, e suasórios (:193). O missionário católico se responsabilizaria por pregar a Religião de Jesus Cristo e as vantagens da vida social (parágrafo 7, artigo 1).

A finalidade da educação para os índios era a conversão pelo trabalho. A lei indicava a criação nos aldeamentos indígenas de oficinas de artes mecânicas (parágrafo 26 do artigo 1), pregava o estímulo à agricultura (parágrafo 27 do artigo 1), o treinamento militar e o alistamento dos índios em Companhias especiais, como as de navegação.

Idealizado no contexto de uma política da brandura no tratamento aos índios, o texto da lei de 1845 na sua pragmática assimilacionista continha o germe de outras violências. Estimulava a introdução de moradores não-índios (militares, comerciantes, colonos, escravos e ex-escravos negros) nos aldeamentos, propiciava a convivência dos militares e corpos de guarda com os índios através de frentes de trabalho; dava permissão de estabelecimento de pontos de comércio dentro do aldeamento. A abertura dos aldeamentos para não-índios foi

evitada no período colonial, pelo menos enquanto a Companhia de Jesus impôs as ordens. No cotidiano dos aldeamentos do século XIX tais orientações resultavam que na maioria das vezes a escola e outras instituições de apoio às populações indígenas atendia aos não-índios, usando para isso a verba destinada à catequese dos índios.

O aldeamento de São Pedro de Alcântara, no Paraná, ilustra bem essa situação. A escola localizava-se à 1 quilômetro de distância do aldeamento, na Colônia Militar do Jatay, posto instalado em 1852. Até 1877 todos os esforços pela montagem de um estabelecimento escolar na área visaram a escola da paróquia, isto é, na Colônia Militar do Jatay. Apesar da demanda pela escola referir-se à lei de criação dos aldeamentos indígenas(7) e beneficiar-se da verba a ela destinada, a escola seria montada para os filhos dos colonos.

Anos mais tarde, em 1880, F.Timóteo confirmava que a escola, apesar de situada a uma pequena distância do aldeamento, era inviável para os índios. Questionado pelo governo central sobre o aproveitamento escolar dos índios, responde que não havia nenhum índio na escola(8).

A ideologia do estado monárquico confundia educação formal para os índios com catequese católica. A aberração que representava a imposição de uma religião oficial de Estado às populações indígenas será um questionamento introduzido no campo indigenista somente com a República. Compreendendo o plano cosmológico e social a catequese serviria de pauta para a assimilação dos índios à ordem global. A idéia de assimilação, por sua vez, estava intimamente ligada à transformação dos índios em força de trabalho.

educação para índios = conversão ao catolicismo = individualização = força de trabalho assimilada.

Braços aclimatados, era como o General Couto de Magalhães referia-se aos Karajá, Kayapó, Krahó e Tapirapé, ao mesmo tempo que fazia uma alusão ao imigrante estrangeiro considerado por ele uma mão de obra dispendiosa, pouco adaptável à vida no sertão brasileiro. João da Silva Machado, o Barão de Antonina, referia-se aos Guarani e Kaiowá como dóceis vassalos, que oferecia simbolicamente ao Imperador na década de 1840, ao mesmo tempo que tratava de com eles obter verbas do governo para viabilizar seus empreendimentos pessoais do sul. Em 1854 o Ministro dos Negócios do Império Luiz Pereira do Couto Ferraz concluía que os Índios eram a única forma viável de colonização de certas regiões, aliás fertilíssimas do Brasil, afirmando que eles poderiam povoar paragens que dificilmente admitiriam outra espécie de colonização. Não faltam referências ao longo de todo o século XIX ao potencial que o índio poderia representar para o Brasil, se transformado em trabalhador.

A montagem da escola nos aldeamentos indígenas procurava atender essa demanda: sedentarizar, mudar os hábitos, obter a conversão dos índios ao catolicismo e ao trabalho eram atribuições que se afinavam com a prática da educação.

Como nos lembra Paula Montero (1996), não é à toa que a obra civilizatória dos jesuítas será tantas vezes lembrada, neste e em outros períodos da história do Brasil. Na interpretação da autora o drama da expulsão dos jesuítas das missões no século XVIII opera na memória ocidental a retenção de imagens dos aldeamentos indígenas identificados a paraísos coloniais, plenos de tolerância e respeito inter-cultural. Paraísos também noutro sentido, o da eficácia da conversão católica na transformação dos costumes selvagens. A conversão dos índios podia ser um grande negócio, os empreendimentos coloniais dos soldados de Cristo na Amazônia e no sul do país pareciam provar isso: a escola e a catequese dos índios eram o meio para a obtenção de trabalhadores.

A entrada dos capuchinhos em cena mostrará as muitas faces que a missão católica pode assumir no seu afã de atender demandas seculares. Mais do que nunca catequese e escola indígena estarão confundidas na ideologia dos missionários com a prestação de serviços, realização de obras e manutenção da ordem pública.

Com relação aos capuchinhos três idéias estiveram presentes no que diz respeito à catequese dos índios: 1) a premissa de que os índios não detinham capacidade intelectual para o aprendizado de valores exteriores a suas culturais originais, 2) a constatação de que os índios eram irredutíveis, não mudariam nunca, mesmo vivendo a situação de aldeamento e 3) a avaliação de que o estágio de selvageria que se encontravam não permitia o aprendizado, somente a imitação.

A avaliação que se fazia da capacidade intelectual dos índios era um dos muitos empréstimos tomados dos jesuítas. Frei Timóteo de Castelnovo, por exemplo, cita P. Antonio Vieira e o evolucionismo que grassava no senso comum da época para corroborar suas afirmações:

Como dizia Padre Vieira, jesuíta, (os índios) tão admiráveis naquilo que é do instinto animal, são de raciocínio reduzido. Com efeito, são de espírito infantil, não pela juventude de origem, mas pela decrepitude donde promanam. (Frei Timóteo de Castelnovo, ACRJ, 10 de março de 1893).

A resposta dos frades diante do diagnóstico da incapacidade mental dos índios foi a construção de uma pedagogia da imitação e do exemplo edificante voltada para as populações indígenas aldeadas. Os índios não raciocinavam, mas conseguiam imitar comportamentos desejáveis.

Em consequência, os missionários farão uma apropriação didático-pedagógica da presença de não-índios nos aldeamentos: os índios aprenderiam convivendo com a gente católica e trabalhadora do Brasil. O trabalho de catequese chegaria indiretamente aos índios, pela via do exemplo: Dai-me povos morigerados para intrometer entre os índios. Dai-me terras para distribuir a gentes laboriosas. E eu dar-vos-ei o melhor sistema, e a melhor catequese do Brasil, dizia Frei Timóteo de Castelnovo, expressando numa fórmula a particularidade desse momento do indigenismo. O exemplo era a essência da pedagogia dos capuchinhos. Convivendo com a nossa sociedade, os índios aprenderiam a trabalhar, perderiam os maus costumes.

Por outro lado, a violência do método de assimilação forçada de etnias justapostas indiscriminadamente logo se mostrou: expunha os índios ao contágio de epidemias, às guerras inter-tribais e inter-étnicas causadas muitas vezes pela proximidade de grupos inimigos nos aldeamentos. Outras vezes, ocorreram conflitos que expressavam o inconformismo da população indígena com a presença de colonos nos aldeamentos(9). Os dilemas pessoais do missionário diante das crises provocadas pelo sistema de aldeamento ficaram registrados na documentação do período. Frei Timóteo manifesta sua insatisfação fazendo um elogio à obra dos jesuítas (que isolavam os índios do contato com os não-índios), e conclui que os índios nada tinham a aprender com os brancos:

...é bom que se saiba que se desejo tanto por os índios em contato com nossa sociedade, é porque o bem estar material dos mesmos assim o requer; no mais, dou razão aos antigos Jesuítas de os quererem segregarem das sociedades ditas civilizadas. Porque os índios dos contatos com as mesmas na moral nada aproveitam de melhor. E Deus nos livre que os índios fossem tão corrompidos como as nossas camadas mais baixas(10)

A medida que conviveu com a população indígena o missionário questionou o modelo de catequese adotado por seu tempo, que estimulava a permanência de não-índios nos aldeamentos. Passou a temer que o exemplo de nossa sociedade fosse imitado pelos índios.

A pedagogia capuchinha do exemplo edificante assume formas diferenciadas buscando adaptar-se à realidades locais distintas. Antes de examinarmos o sentido da catequese católica nos aldeamentos do Paraná, observemos algumas experiências educacionais levadas pelos capuchinhos.

Em 1887 trabalhavam 47 missionários capuchinhos na Prefeitura do Rio de Janeiro, setor administrativo da Ordem Menor responsável pelas missões indígenas de todas as províncias do Brasil, com exceção do Nordeste. Outras duas administrações centrais davam conta das províncias do nordeste do país - as Prefeituras da Bahia e de Pernambuco. Ao todo, 26 escolas da Ordem Menor foram subvencionadas pelo governo central para ministrarem a educação primária a crianças indígenas (Metódio da Nembro 1959).

Minas Gerais: Vemos neste período a legislação provincial repetindo dispositivos impressos na legislação central, que indicava a criação de escolas nos aldeamentos católicos. A legislação de Minas Gerais já em 1872, no ato da criação dos aldeamentos indígenas dos capuchinhos no Vale dos rios Doce, Jequitinhonha, Munhuassú e Grande criava "casas com suficiente acomodação para a educação dos neófitos, Capelas sob a invocação da Virgem Imaculada (...).

A lei falava da necessidade de trazer para Minas Gerais "missionários capuchinhos para se empregarem na educação dos indígenas e administrarem os estabelecimentos de educação e os sacramentos como curas d'almas (...)," e nas escolas de instrução primária para ambos os sexos, ensinando-se ao mesmo tempo as jovens índias a costurar, tecer e fiar, e aos homens agricultura e mecânica, tendo em vista a vocação de cada um ..." (11).

O Aldeamento de Santa Maria de São Félix, fundado em 1871 às margens do r. Sussuaí Grande, manteve por uma década uma escola indígena que atendia etnias diversas.

Em Itambacuri, Minas Gerais, o aldeamento administrado por 45 anos pelo Frei Serafim de Gorizia reunia as etnias Pojicha, Giporok, Catole, Pote, Aranha, Purunturu (F.Jacinto de Palazzolo 1973: 177-185).

O primeiro professor de Itambacuri foi um militar, o Sargento Torquato Bicalho, que também acumulava o cargo de secretário do aldeamento. Ensinou de 1873, data da fundação do aldeamento, a 1878. A escola era mista e funcionava para os filhos dos índios civilizados.

Quanto à dinâmica interna da instituição, a evasão dos índios é o traço mais característico. Dizia o Diretor dos Índios: Houve grande diminuição na frequência da escola que de 119 ficou reduzida a 53 alunos, assim mesmo, é número suficiente para não se declinar da necessidade de um professor que serve ao mesmo tempo de secretário do aldeamento. Justificava-se a diminuição da frequência dos alunos pelo fato dos pais levá-los consigo, quando vão de suas digressões para fora do aldeamento, no que não há retê-los, e sim deixar, para que eles se não desgostem, e não tomem a resolução de não mais voltarem (Palazzolo:83).

O aldeamento teve mais um professor branco, que lecionou dois anos, antes que Domingos Ramos Pacó, um índio Pojichá mestiço, filho de um linguará com a filha do chefe Pojichá, assumisse por 19 anos a escola de Itambacuri. Sabe-se que deixou um manuscrito de 22 páginas, denominado Pequena Narração ou Origem de Como foi Descoberto o Itambacuri, 1873(12), onde compila as notícias históricas do aldeamento(13). Pacó seria o protótipo do tradutor cultural, que o Gen.Couto de Magalhães tanto buscou para a obra civilizatória no Araguaia.

É de Pacó a citação, surpreendentemente etnográfica para um historiador da Ordem Menor, que Palazzolo apresenta sobre as nações indígenas que formaram o aldeamento:

A primeira consolação foi a de ver reunidos no aldeamento grande número de silvícolas, cuja identidade encontramos especificada no manuscrito do mestiço Domingos Pacó, da seguinte maneira: Kracatás, Cujan, Jerunhim e Nerinhim, que eram do Paté, Trindade e Pontaret, em número de trezentos homens em arco que, deixando suas tabas e aldeias, vieram morar em Itambacuri. Outras tribos também vieram: os Hen, Jakjat, Rimré, Kremum, Nhamnham, Camri, Pmacgirum, que habitavam em Crisciúma, Potão, S.Mateus, Peixinho, Bananal, Maurício, Catolé Grande e S.João (manuscrito de Domingos Pacó apud Palazzolo 60:1973,).

Pacó começou a lecionar com 15 anos de idade, em 3 de janeiro de 1882, e trabalhou como professor mais de 19 anos. Quando é substituído pelos missionários por outro professor indígena, Manoel Pereira Tangrins,

Pacó abriu outra escola no local para onde se retirou e anos mais tarde morreu, a Igreja Nova, no Córrego de S.João. Sobre a escola, dizia Pacó que ensinou inculcando sempre moralidade religiosa, propondo aos pais dos alunos discursos acertadíssimos em língua indígena sobre a moralidade dos bons cidadãos (idem).

Junto à escola mista, que funcionou desde a fundação de Itambacuri, foi criada outra instituição escolar em 1881, dedicada exclusivamente às meninas indígenas, também conduzida por uma professora indígena. A escola para as meninas teve como professora D.Romualda Órfão de Meira, contratada pelo governo da província de Minas Gerais, recebendo trezentos mil réis anuais (300\$000). Trabalhou no aldeamento 18 anos, até 1889, quando morreu de tuberculose. Sua substituta foi uma jovem índia, Delfina Bacán de Araná, conhecedora dos dois idiomas, e mui bemquista, de cuja capacidade e dedicação muito lucrará o ensino pelas provas dadas como auxiliar da inditosa D.Romualda. (F.Serafim de Gorízia, citado por Palazzolo 1973:220). A professora Delfina trabalhou na escola para as meninas até 1907, quando é fundado o Colégio Santa Clara, um instituto educacional de dimensões bem maiores, administrado por religiosas católicas, também montado para a educação das meninas indígenas.

Mato Grosso: No aldeamento Nossa Senhora do Bom Conselho, 3.000 índios Quinquinau conviviam juntamente com a população civilizada. Montado na região de fronteira de Albuquerque, teve sua administração entregue ao poder militar, ficando o missionário capuchinho submetido a um Diretor de Índios leigo. A escola do aldeamento funcionou a partir de 1851 com um professor pago pelo governo. Frei Mariano de Bagnaia era o missionário, figura controvertida, vítima de surtos psicóticos que o levam anos mais tarde a cometer suicídio em pleno campo, no aldeamento do Paranapanema, em São Paulo. Vinte desses alunos compunham uma banda filarmônica uniformizada, o orgulho do missionário, que se envaidecia em poder apresentar aos visitantes um rico repertório musical (Metódio da Nembro :276). Em 1856 registrará o fim do aldeamento indígena, assolado pela seca que leva à dispersão de toda a população indígena.

Apesar da evidente falência do projeto de catequese, Bagnaia fará um balanço positivo de seu trabalho baseado no fato que contava agora com trabalhadores índios na navegação dos rios. E concluiu "...tenho tirado muito proveito de uma porção deles, que mandei alistar em uma companhia de canoeiros e que há dois anos guarnecem canoas empregadas no transporte de gente e de munições de guerra e de boca"(14).

Goiás: Também no rio Tocantins a escola dos capuchinhos visava formar índios canoeiros. A missão Boa Vista se estabeleceu na margem esquerda do Tocantins, entre os índios Apinagé e mantinha uma escola aí montada para o ensino primário e catecismo para os índios. Como as outras, buscava sistematicamente incorporar moradores civilizados à população indígena. Em 1851 temos quase 3.000 pessoas no aldeamento, entre elas muitos Apinagé e Krahó. O missionário era F.Francisco de Monsanvito, que recebe do imperador D.Pedro II medalha de honra ao mérito por seu trabalho junto aos índios.

Na mesma região atuava F.Antonio de Gangi com os Xerente, no aldeamento de Sta.Maria do Araguaia. Seu projeto educacional ficou registrado em um relatório:

"O meio mais próprio para civilizar-se será fazer um colégio em qualquer um dos aldeamentos para instruir as crianças de ambos os sexos: educando estes que são o fundamental, em pouco tempo todos estarão civilizados. Mas para esta obra necessito 30.000 francos, e estes não os tenho".

Outro aldeamento capuchinho, o de São Joaquim do Jimimbú estabelecido nas margens do r.das Mortes, reunia um grupo grande de índios Xerente e Karajá. A escola aí centralizava a catequese, num conjunto de equipamentos que contava com instalações militares, presídio, construções para os moradores civilizados, tudo sob o comando de uma autoridade militar.

Bahia: A Colonia Nacional de Cachoeira de Ilhéus, na Bahia, mantém uma escola indígena dirigida pelo capuchinho F. Luis da Grava. Foi fundada em 1870, no contexto da redução dos Aimoré, trazidos do interior da região de Minas Gerais. O projeto assimilacionista cuidou de introduzir na colônia moradores civilizados, e de estimular a produção agrícola, propiciada pela irrigação dos terrenos. A escola para índios é pensada enquanto um instrumento eficaz de assimilação dos índios à uma nova ordem. Temos uma descrição da cena do primeiro dia de aula:

Foi finalmente aberta a escola, mediante as contribuições destinadas à catequese. Em 3 de fevereiro as aulas começaram com a presença de 35 crianças, todos decentemente vestidos; em fila dupla, com um pequeno corpo de banda e ao som do sino que V.Ex. (o Presidente da Província) se dignou mandar à esta colônia, se dirigiram primeiro à Igreja, bem preparada para a circunstância, para assistir à Santa Missa em honra de N.S.da Piedade, patrona da Colônia. Depois de um breve discurso em que pedi frutos abundantes, e na mesma ordem tornaram ao prédio da escola, sempre acompanhados do mestre. Foi uma festa de toda a colônia, que transcorreu na mais completa ordem; a satisfação e alegria do povo era geral por haver assistido à uma cerimônia muito comovente e plena de esperança para estas criaturas que, não muito tempo faz, eram sem freio e abandonadas a si mesmas, mas os pais sabem além disso que seus filhos poderão um dia se apresentar em sociedade com uma boa bagagem de instrução e educação cívica e cristã, base indispensável para a vida do homem social. (F.Luis da Grava, 12/2/1874, Colônia Nacional de Cachoeira de Ilhéus)(15).

De uma maneira geral a evasão dos índios que caracterizou a vida escolar nos aldeamentos, acabou por impor modificações na conduta da catequese. Os institutos de educação fora da área dos aldeamentos e os internatos para crianças buscavam contornar as dificuldades que a escola encontrou nos aldeamentos. Era também uma maneira de se contrapor à resistência dos índios imposta pela tradição cultural, representada pelos velhos da aldeia:

A experiência me tem convencido ser moralmente impossível dar aos meninos e meninas índios uma educação completa, enquanto estiverem em poder dos seus pais, habitualmente viciosos, morando em casas grandes, confundido homens e mulheres, grandes e pequenos, casados e solteiros.(16)

Da experiência catequética da Companhia de Jesús esses institutos e internatos guardaram a idéia da formação de tradutores culturais, isto é, crianças indígenas que, catequisadas, levariam os princípios da civilização para as aldeias dos parentes. Esta será a divisa de Couto de Magalhães quando propõe ao governo central a criação do Colégio Isabel, localizado no Presídio Leopoldina, no rio Araguaia. A ele vinculou-se a idéia da formação de tradutores culturais indígenas. Criado em 1871 por Couto Magalhães que na época era também Diretor dos Índios e da Companhia de Navegação do Araguaia, tinha por missionário o capuchinho Frei Savino de Rimini

Paul Ehrenreich visita o Colégio em 1888, ano em que a escola encerra suas atividades, e nos dá notícias de seu funcionamento (apud H. Baldus 1970:44). Nos primeiros anos de atividades os Kaiapó e Tapirapé participaram da escola, Ehrenreich faz alusão aos instrumentos agrícolas que o Ministério da Agricultura forneceu ao Colégio, e também ao gado que a instituição dispunha para doar a cada índio que se casasse -- a idéia era formar colonos sedentários. Mas isso fazia parte do passado; o que Ehrenreich testemunha na época de sua visita foram cenas de corrupção, escravidão dos índios, maus tratos e decadência O diretor tratava os índios como escravos, mandando-os trabalhar para ele. Havia muito tempo que não chegavam índios novos, pois as violências dos civilizados brancos afugentavam os selvagens cada vez mais. A maior parte dos índios do colégio já tinha chegado aos trinta anos. Mas nenhum deles pensava em ir-se. Há tanto tempo acostumados à servidão e tutela, continuavam a fazer os seus serviços, com indolência estúpida.

Suas observações são confirmadas pela documentação do Colégio Isabel localizada pelo historiador David Caume, que descreve o colégio funcionando em uma casa dentro do Presídio de Leopoldina onde habitavam o mestre escola, sua esposa e as meninas índias. Em outra casa ao lado ficavam os meninos Segundo este autor, a decadência do Colégio parece ter se iniciado por volta de 1876, quando Couto Magalhães volta para o Rio de Janeiro. Começa, então uma época de terror, que fica registrada na memória dos Karajá, Kaiapó, Tapirapé e Guajajara. Visando garantir a manutenção da verba do Ministério da Agricultura, vinculada à frequência de pelo menos 10 alunos indígenas no colégio, inicia-se a prática do tráfico de crianças indígenas para o colégio(17). Crianças eram trocadas por ferramentas, enviavam-se soldados às aldeias para raptar meninos e meninas indígenas de seus pais e interna-las.

Outro estilo de instituição escolar é adotado no nordeste pelos missionários capuchinhos: o orfanato(18) para crianças abandonadas que também servia para a educação de crianças indígenas trazidas de regiões distantes. Dois colégios marcam a atuação dos capuchinhos em Pernambuco no século passado: o Instituto Bom Conselho(19), em Papacaça, fundado por Fr. Caetano de Messina, em 1853 e o Instituto Colonia Santa Isabel, de 1873. Ao nome desse missionário estão ligadas uma quantidade fantástica de obras de edificação de Igrejas, açudes (um deles tão grande que foi apelidado, provavelmente pelo próprio frei, de Mar de Espanha!(20)) e aquedutos.

O Instituto Bom Conselho era administrado pela Congregação das Religiosas de Nossa Senhora de Bom Conselho. Constituiu-se num internato dirigido à meninas abandonadas ou indígenas, e tinha capacidade para mais de 200 crianças(21). Quanto à clientela indígena, tomava-se como norma que o internato não diferenciado para os índios aceleraria a integração das meninas indígenas(22).

O Instituto Colonia Santa Isabel(23), fundado em 1873 em Pernambuco seria o complemento do anterior, já que dedicado exclusivamente à educação dos meninos. Dava-se preferência aos órfãos do interior da província, mas contava com cotas dedicadas aos meninos indígenas das etnias Guajajara, Xerente, Apinagé, Kaiapó e outras. Era financiado pelo governo, que também fornecia ao Instituto um funcionário. A responsabilidade administrativa estava a cargo dos capuchinhos: seu fundador, F.Fidele de Fognano, permanece na direção até 1891, quando é substituído por outro missionário que atua por dois anos, até a laicização da instituição com a República. Diz da Nembro (:319) que durante a fase capuchinha, a escola, que contava 150 alunos de 6 a 20 anos, era onde o governo recrutava jovens - os índios especialmente - para o serviço do Exército.

Catequese, Evasão e Comércio

Como vimos, na concepção dos missionários a obra de catequese podia prescindir da escola. Nos aldeamentos do Paraná, montados a partir de 1850, a escola para índios na verdade atende aos filhos dos colonos: em São Pedro de Alcântara a escola funcionava distante do assentamento das três etnias indígenas; em São Jerônimo, mesmo estando localizada no círculo urbano do aldeamento, irá atender crianças e adultos não-índio(24).

Os missionários via de regra não obtinham sucesso no ensinamento de primeiras letras e catecismo, muito menos na conversão ao catolicismo,

A instrução religiosa, e literária que tanto busquei introduzir entre eles, é forçoso lhe diga, não fui feliz no meu empenho; e não conheço quem o tenha sido.... (Frei Timóteo de Castelnovo, SPA)

O mesmo será confirmado no aldeamento de São Jerônimo, habitado pela metade Camé dos Kaingang, (25), onde Frei Luís de Cimitille chegava a semelhante conclusão e acabava por se conformar com adaptações pouco ortodoxas, mas mais bem aceitas de catequese.

O sistema de catequese que eu tenho seguido, é procurar por todos os meios ao meu alcance ensinar alguns dos jovens índios, mais inteligentes, a ler, e escrever (apesar de serem eles de pouca constância) como também alguns meninos Brasileiros a falar, e cantar na língua dos índios (como já há alguns) sem contudo pretender governá-los; deixando-os com seus costumes, sua alimentação, e seu modo geral da vida, socorrendo-os em algumas de suas maiores necessidades, e somente fazendo o que puder para evitar qualquer desordem.(26)

Quanto à conversão, os missionários declaram jamais ter conseguido realizar batismos, casamentos ou enterros católicos entre os índios. Em uma circular do governo central(27) enviada a todas as províncias, no

ítêm quantos casamentos? Frei Timóteo responde:- À poligamia simultânea impede este sacramento. Questionado publicamente em 1890 sobre as limitações de sua obra propriamente catequética, declara: se os índios não são mais instruídos em seus deveres para com Deus e para com os homens é porque por ora de maiores instruções não são capazes(28). E em 1889 apresenta um balanço mais detalhado da situação da catequese em seu aldeamento:

O mais bem intencionado catequista desanima na obra da catequese e civilização dos índios. (...) Se trazem os filhos ao batismo - ele bem sabe - é para obterem dos padrinhos roupas e presentes. Esmera-se para dar alguma instrução religiosa aos adultos? Logo lhe respondem:- Vossas leis não nos agradão, nem vosso céu sem prazeres sensuais e materiais. Ficai-vos com vosso batismo. Estão para morrerem? Como pensam que o batismo é um sinal da morte, que adoecem, o recusam com horror até para os filhos menores. Em conclusão: a missão do catequista, se bem importantíssima pelo lado social e político e até necessária pelo lado religioso não corresponde ao seu fim (...), algum caso em isolado não faz regra.(29)

Os Kaingang, Guarani e Kaiowá não aceitam o batismo e o casamento, e jamais abandonam a prática dos rituais funerários que realizam no sertão, longe do aldeamento católico. Poderíamos parar por aqui, e contentar-nos, com o fato da evasão - geográfica e religiosa - dos índios dos aldeamentos católicos, como fizeram até agora a antropologia do contato e a historiografia regional. No entanto o conhecimento da realidade local aponta outros caminhos, e exige do antropólogo maior fôlego investigativo. Os índios se negam à conversão mais estabelecem com os colonizadores uma série de acordos que são campo fértil para a antropologia da mudança cultural, como os trabalhos de Jean e John Comaroff têm demonstrado (1991).

Caberia assim precisar o uso do conceito de catequese no contexto etnogáfico de um destes aldeamentos católicos, o que faremos tomando por referência a crônica de São Pedro de Alcântara. Aí o conceito de catequese extrapola a definição stricto sensu de instrução religiosa que aparece nos dicionários (instrução metódica e oral sobre coisas religiosas) para falar de cosmologias ocidentais que idealizam no sertão florescentes civilizações capitalistas movimentadas pela economia de mercado, nas quais os índios figurariam como trabalhadores integrados.

Vejamos os caminhos o conceito de catequese percorre na narrativa do missionário de São Pedro de Alcântara. Notemos que o termo aparece no contexto referido e em nenhum outro, ou seja, para essa demonstração buscamos uma anotação bastante exata do uso do termo. Inicialmente catequese dá o tom de elevada solenidade à montagem da empresa colonial, e acompanha a chegada de cada equipamento - monjolo, peças para a Igreja, roda d'água que move a serra de madeira; mais tarde o engenho para fazer açúcar, as juntas de bois para trazer a cana e o alambique de destilar a aguardente serão todos recebidos no aldeamento pelo missionário com a promessa de esta seria uma bella catequese. Ainda na década de 1850 são montados mais dois aldeamentos: São Jerônimo e Pirapó.

Os Kaiowá aldeados, os funcionários e por volta de 50 escravos africanos concentram suas atividades na produção de roças de mantimento para alimentar uma população que inicialmente era de 500 pessoas. No final da década de 1850 celebravam a vitória contra a carestia, a fartura das grandes colheitas, a produção de excedentes e até da viabilização de estoques de mantimentos que possibilitariam comercialização - não nos esqueçamos que os preparativos da Guerra do Paraguai alí ao lado criavam demandas crescentes de bens e mantimentos.

Roças fartas atraem mais índios e na década de 1870 o Aldeamento de São Pedro de Alcântara conta com quase 2.000 índios das três etnias, duas delas - Kaingang e Kaiowá - inimigas. Autoridades da Repartição de Terras Públicas de São Paulo e do poder central alertaram o diretor do aldeamento para o perigo da proximidade das etnias, e também para a imprudência de reunir tantos índios em uma mesma área. Em 1862 um conflito de grandes dimensões envolvendo os Coroados do Pirapó e moradores não índios se prolonga com a entrada em cena dos Kaiowá, armados com armas de fogo pelas autoridades coloniais.

O termo catequese neste contexto estará vinculado na narrativa do missionário, à necessidade da imposição da ordem, de inculcar o medo às autoridades nas populações indígenas:

Catequese no Brasil é Evangelho, mas também energia para se lidar com feras...os tigres pelo medo se tem em respeito.(ACRJ, 1/jan./1871)

Em 1877 as facções Kaingang entram em guerra em São Pedro de Alcântara, com o resultado de uma dezenas de mortos e 80 feridos. Os Camé expulsam seus contrários para o sertão com a ajuda de uma força militar que dispunha de mais de quarenta homens. É também o ano da epidemia de varíola que atinge especialmente os Kaiowá - morrem 400 índios, sem contar os do sertão contaminados pelos parentes que fugiram do aldeamento em busca da sobrevivência.

A catequese, no entanto, prossegue, próspera e com promessas de grande futuro. No conceito do missionário, a vantagem que se retirava das tragédias era terem agora um número menor de índios; havia abundância dos gêneros produzidos pelo lugar, nada faltava.

No final da década de 1870 aparecem as primeiras denúncias contra a administração capuchinha do aldeamento. Frei Timóteo estaria capitalizando recursos financeiros com a venda de produtos da lavoura dos índios. O mecanismo comercial adotado no aldeamento, explica o missionário, consistia na compra da produção de açúcar, aguardente e outros mantimentos dos Kaingang e Kaiowá pelo missionário, que pagava aos índios um preço pré-fixado e revendia para o mercado local com prejuízo - dizia o capuchinho; com lucro - diziam as denúncias.

Nos anos 1880 serão os Kaingang os denunciadores. Em 1885 um grupo de Coroados vai a Curitiba solicitar do Presidente da Província um alambique e autonomia do sistema católico de produção de aguardente. O grupo solicitante dizia contar em suas lavouras de cana com engenho e monjolo independentes, bois para usar na moagem da cana e todos os apetrechos para processar o açúcar. Fabricavam e vendiam o açúcar, mas a eles não era permitido destilar aguardente, por questões de ordem interna do aldeamento. São Pedro de Alcântara dispunha de um único alambique controlado por um funcionário do aldeamento.

Fora o engenho dos Kaingang, os índios do aldeamento tinham mais três engenhos de açúcar, produziam e vendiam o produto por etnia, jamais permitiram roças comuns com etnias diferentes, muito menos a comercialização dos seus produtos: São altivos, diz o missionário, vendem e montam seus próprios negócios. Em 1887, dez anos depois da primeira epidemia que praticamente extermina os Kaiowá aldeados, nova peste entre os homens ataca o aldeamento, atingindo agora toda uma cadeia ecológica: cavalos, cachorros, caça e homens. Na sequência, uma revoada de insetos acaba com as lavouras. Os índios abandonam as roças e seguindo a má auguração dos sonhos dos velhos augureiros, nos quais tanto acreditam, sem que razões nenhuma em contrário os possa dissuadir, fugindo e vagando pelo sertão...Magros e desanimados...até perderam aquela vivacidade que lhes é característica..Em vista do exposto supra, força me era tomar alguma providência (...) e salvar a catequese. E esta não podia ser outra a não ser de dar serviço aos índios (...) pondo fim à vadiação dos mesmos, e correrias perigosas. Repartindo eles em diversas turmas, na desobstrução da estrada, pagando por empreitada. (DEAPP1/jan./1889, grifo meu)

Catequese, assim, é menos sinônimo de conversão ao catolicismo, já que até os últimos relatos da missão católica, os índios não deixaram suas práticas tradicionais. Catequese é algo da esfera da ordem pública.

Conclusão

Aqui caberia uma reflexão sobre o estado atual da pesquisa da história dos índios no Brasil e no que a análise da escola para índios pode contribuir. Estivemos até agora avaliando a história do indigenismo no século XIX

como um movimento generalizado de apropriação das terras indígenas (Beozzo 1993, M.Carneiro da Cunha, 1992b). A documentação dos aldeamentos recomendaria que acrescentássemos à apropriação das terras indígenas uma não menos vigorosa intensão por parte dos agentes do contato de utilização dos índios como força de trabalho. Se o objetivo é a história dos índios, iremos também encontra-la nas frentes de trabalho que abriram veredas no sertão, nas companhias de navegação, nas escolas católicas - estes são locais de celebração entre os agentes sociais de contratos múltiplos que viabilizaram a empresa colonial em todos os tempos.

A escola para índios em todas as províncias esteve articulada a um discurso que idealizou em cada selvagem um cidadão-trabalhador. Se no final do processo resulta a referida apropriação de território tradicional dos índios, o olhar sobre a situação do índio aldeado no século XIX revela quão complexos foram os processos que envolveram tal movimento de expropriação.

A catequese católica, por sua vez, mensagem que a escola veicula para índios, adquire no contexto dos aldeamentos sentidos diversos do proselitismo estritamente religioso. A catequese capuchinha é um conjunto de relações sociais que podem ou não envolver a conversão ao catolicismo.

A instalação da empresa colonial no território Kaingang e Guarani-Kaiowá, com subvenção do estado, pôde conduzir a catequese católica por meios extravagantes como na montagem de uma destilaria de aguardente, cuja produção era comercializada pelos índios. Nesse caso nem os Guarani, nem os Kaiowá ou os Kaingang parecem ter aderido às vantagens da fé cristã, mas com certeza apresentaram-se como agentes de interesses no jogo de forças que caracterizava aquela situação colonial. É o que vemos no desejo de controle do alambique pelos Kaingang, e nas condições de comercialização dos derivados da cana produzida pelas suas lavouras.

A escola para índios e a catequese eram no século XIX emblemáticas da política da brandura e dos bons tratos com a população indígena. Isso se traduz na prática em violência assimilacionista que pretendia atingir a estrutura das sociedades e culturas indígenas, e modificá-las. Catequese foi sinônimo de empresa colonial, de força de coersão, de imposição nos índios do medo e do respeito às autoridades coloniais. Mas foi antes de tudo sinônimo de economia de mercado, comunicação dos povos, estradas transitáveis e escoamento dos produtos da lavoura dos índios. Possibilidade das comunidades indígenas se comunicarem com o Brasil.

NOTAS

1 Beozzo 1983: 196

2 O que os jesuítas representaram durante os primeiros duzentos anos na catequese e aldeamento dos índios, vão representar os capuchinhos na segunda metade do século XIX.. (J.O.Beozzo 1983: 78)

3 Em escala bem mais reduzida outras ordens religiosas católicas atuaram junto aos índios neste período. É o caso dos salesianos que estão no Mato Grosso desde 1894 e dos dominicanos que chegaram em Uberaba, MG, em 1878 e nas margens do rio Araguaia, em Goiás em 1886 (N.J.Antunes Jorge 1909: 39-40).

4 Principais fontes de pesquisa para a história das missões indígenas dos capuchinhos: Arquivo da Custódia do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo do Estado de São Paulo, Departamento de Arquivo Público do Paraná. Com exceção da região de São Paulo e Paraná, objeto de minha pesquisa de doutorado, o levantamento que segue baseou-se em fontes secundárias, especialmente historiadores da Ordem Menor.

5 Outros decretos anteriores (n.285, de 1843 e o n.373, de 1844) indicavam os Frades Capuchinhos Italianos para a realização da dura tarefa, e estipulavam as condições do acordo selado entre o Vaticano (a Propaganda Fide) e o Governo do Brasil. O texto da lei encontra-se em M.Manuela Carneiro da Cunha, 1992: 185-199.

6 Miriam Dolhnikoff (1996:128-129) aponta a escola como eixo do discurso civilizador de José Bonifácio de Andrade e Silva, nome ao qual também se identifica a ideologia da brandura (Manuela C.Cunha 1986:165-

173). Considerada o mais completo instrumento de desenvolvimento humano, a escola em tal projeto nacional viabilizaria a formação de um povo brasileiro a partir de matrizes tão diversas e rústicas como índios e escravos africanos.

7 Aproveito a ocasião para pedir-he mais um favor a pedido dos povos da Paroquia, que é nomear na pessoa de [] mulher, residente em Castro, honesta e casada - uma professora de primeiras letras para esta Paroquia, cuja cadeira esta decretada por lei: pois é uma urgente necessidade - em vista de tantos meninos que vão se criando por esta falta na ignorancia." DEAPP, Ano: 1877, vol: 016, ap: 526, pag.: 156. De Frei Timotheo para Pres. da Prov. do Paraná, 30 de outubro de 1877:

8 DEAPP - Ano: 1880, vol.: 003, ap. no.: 592, pag.: 277 e 278. De Frei Timotheo de Castelnovo ao Presidente da Província em 3 de fevereiro de 1880

9 Em outro trabalho focalizai as revoltas indígenas ao sistema de aldeamentos dos capuchinhos no século XIX. Algumas delas nasceram da insatisfação dos índios com a presença de não-índios nos aldeamentos (M.R.Amoroso 1996).

10 Carta de Frei Timóteo de Castelnovo ao Pres. da Província do Paraná . DEAPP, 1885, vol.11, ap.n.746, p.279.

11 Joaquim Floriano de Godoy, Relatório...15 de Jan. de 1873, Ouro Preto 1873 . Anexo n.6, 16, cf. da Nembro :258.

12 Não localizado no ACRJ.

13 Os historiadores da Ordem Menor que tiveram acesso ao manuscrito falam com um certo desdém de seu estilo pomposo e solene, cheio de imagens e hipérboles, embora com pouca gramática, mas sempre interessante, sobretudo pelo amor à sua raça e à sua língua. (Palazzolo :221).

14 M.de Bagnaia ACRJ M:1/I, 16, cf. da Nembro:276

15 Relatório dirigido ao Presidente da Província da Bahia, apud Metódio da Nembro: 313 (citado em italiano).

16 ACRJ 17-IV-12, 1876. Este missionário declara que praticava o método da tortura física, no tronco, para punir crimes cometidos pelos índios e também na coersão dos xamãs mundurucu.

17 David J. Caume (1997:32) localiza nos arquivos de Goiás um recibo de 1883 referente à aquisição de um indígena menor para ser educado no Collegio Isabel.

18 Carta de um missionário capuchinho endereçada ao Bispo de Pernambuco, cf. da Nembrro : 314

19 Ver: Notas Históricas da Igreja de N.S. da Penha e das Missões dos capuchinhos da Prefeitura de Pernambuco, Recife, 1905.

20 Annaes Franciscanos jan.1939, ano XXVI, n.368., pp.13-17

21 Sobre o Instituto Bom Conselho existe vasta documentação no Arquivo dos Capuchinhos , na Igreja de N.S. da Penha, Recife, Pernambuco - ACP, VI/1-44. Ver também: Jann Adelhelm, OFM Cap. - Candidus Sierro aus dem Kapuzinerorden: Ein indianer-missioner. Ein Beitrag zur brasilianischen missionsge-schichte, Stain - 1915.

22 Nas palavras de da Nembro:

Questo criterio puó sembrare discutibile, ma ed esso i missionari erano giunti attraverso la lunga esperienza delle catechesi tradizionali, dolvi i soliti aldeamenti, costituiti da una talora da piu tribú e formati da grandi e da piccoli, si erano spesso rivelati di una lentezza deprimente nel conseguimento del loro scopo e talvolta si erano resolti in un nulla di fatto per il peso delle tradizioni ancestral, gelosamente custodite dai vecchi. (da Nembro:317)

Segundo o historiador capuchinho, o método foi aprovado e apoiado pelo governo, sendo que outros missionários trabalharam da mesma forma: Antonio de Gangi, Savino de Rimini (Goiás), Antonio de Reschio

23 Sobre o Instituto Santa Isabel, ver Fidelis de Fognano, OFM cap., Explicação pratica dos deveres e impregados da Colonia Orphanologica Isabel, Pernambuco, 1893, manuscrito localizado no no Arquivo dos Capuchinhos , na Igreja de N.S. da Penha, Recife, Pernambuco. Também o manuscrito anônimo: Regulamento da Colonia Orphanológica Isabel, Pernambuco, 1883. E ainda: Cassiano de Comacchio,

Relatório com que ... passou a direção da Colonia Orphanológica Santa Isabel ao Sr. Coronel Deodato Pinto dos Santos em 21 de set. de 1894. Recife, 1894. Todos citados por da Nembro, op.cit.

24 Neste aldeamento infelizmente nem pude obter que haja uma escola de primeiras letras - se bem tentasse muitas vezes de a ter - por contas particulares. Mas como felizmente há escola pública na Colonia Militar do Jatay, os que queem e podem se utilizam da mesma; se bem a passagem do rio Tibagy sempre seja incomoda, e nos tempos de chuva impossível Frei Timóteo de Castelnuovo, 14/julho/1884 DEAPPvol13, ap.719,p.144.

25 Frei Luís distinguiu-se por uma certa erudição: escrevera uma memória sobre a metade Camé dos Kaingang, grupo com o qual conviveu em São Jerônimo. Foi, no seu retorno à Itália, responsável pelo curso de línguas indígenas da Propaganda Fide

26 A história da escola indígena de São Jerônimo pouco varia da falência que observamos na maioria dos outros aldeamentos. Fundada em 1879, logo após a implantação do aldeamento, servirá exclusivamente para os moradores não-índios. Funcionava no prédio da carpintaria, e a professora contratada mantinha um curso noturno para adultos. A frequência dos índios permanece nula durante todo o tempo de atuação dos capuchinhos. Os Camé ficavam a mais de três léguas e meia do aldeamento, nas margens do Tibagy. Para uma população de quase 500 índios, Frei Luís de Cimitille dizia ter conseguido batizar mais ou menos umas 40 pessoas.

27 DEAPP, 1884

28 DEAPP vol08,ap.n.886, pp.22-23

29 DEAPP 10/jan/1889

BIBLIOGRAFIA

Amoroso, Marta Rosa

1996 Martírios Capuchinhos. Apresentado no Seminário da UnB Do Tacape ao Vídeo.

Antunes Jorge, Norberto J.

1909 A Catechese e a Civilização dos Índios no Brasil. Breves Considerações. Contribuição feita expressamente para ser apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Geographia, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1 de setembro de 1909. Editores Maré & Monti, SP

Azevedo, Thales de

1976 Catequese e Aculturação, in: Schaden, Egon Leituras de Etnologia Brasileira São Paulo: Cia Ed. Nacional, pp.365-384.

Baldus, Herbert

Tapirapé. Tribo Tupi no Brasil Central São Paulo: Cia. Editora Nacional.

Carneiro da Cunha, Manuela

1992a Legislação Indigenista no Século XIX. EDUSP/Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Carneiro da Cunha, Manuela (org.)

1992a Legislação Indigenista no Século XIX. São Paulo: Comissão Pró-Índio/EDUSP

1992b Política Indigenista no Século XIX, História dos Índios no Brasil São Paulo: Cia das Letras, FAPESP, SCPMSP, pp. 133-154

Castro, Luiz Christiano de

s/d A Catechese dos Índios. Ineficacia e perigo das Missões leigas. Necessidade da catechese religiosa.

Cruz, Olímpio

1982 Cauiré Imana, o cacique rebelde. Brasília: Thesaurus.

Caume, David J.

1997 A História de uma Escola para Índios: Colégio Isabel. (Goiás, 1870-1888). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, mimeografado.

Comaroff, Jean & John

1991 *Of Revelation and Revolution. Cristianity, Colonialism and Consciousness in South Africa*. Chicago: The University of Chicago Press.

Da Nembro, Metódio

1958 *Storia dell'Attività Missionaria nel Brasile*. Roma, Institutum Historicum Ord.Fr.Cap.

Dolhnikoff, Miriam

1996 O Projeto Nacional de José Bonifácio. *Novos Estudos CEBRAP*, n.46 pp.121-142

Lévi-Strauss, C.

1982 *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópoles: Ed.Vozes

Montero, Paula

1996 *Entre o Mito e a História. O V Centenário do Descobrimento da América*. Petrópoles: Vozes.

Nimuendajú, Curt (org.: Marco Antonio Gonçalves)

1993 *Etnografia e Indigenismo. Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará*. Ed. da UNICAMP, SP.

Palazzolo, Frei Jacinto de

1973 *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. Companhia Ed.Nacional, SP.

Peter Gow

1991 *Of Mixed Blood. Kinship and History in Peruvian Amazonia*. Oxford : Claredon Press.

Ribeiro, Darcy

1996 [1970] *Os Índios e a Civilização. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. SP.

Companhia das Letras.

Souza Lima, Antonio Carlos

1997 *Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação de estado no Brasil*. Vozes

Periódicos

Ainda a catechese religiosa dos Selvagens, *A União SP*, 18 e 19 /04/1920

Campos Novos de Paranapanema, escreve-nos Frei Bernardino Lavalle, comissário provincial capuchinho, *O Estado de São Paulo, SP*, 27/08/1904.

Nas Margens do Paraná, Entre os Índios, *Diário Popular, SP*, 28, 30 e 31/08/1912, 02/9/1912, 4 e 6/12/1912

Annales Franciscani

Manuscritos/ Fontes:

DEAPP - Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná, Curitiba.

ACRJ - Arquivo da Custódia do Rio de Janeiro, dos Padres Capuchinhos.

Arquivo dos Capuchinhos de São Paulo, Biblioteca da Paróquia de N.S.da Conceição.

XXI Encontro Anual da ANPOCS